

**OFÍCIO N.º 486/2021/GS/SEMA**

**Manaus, 28 de abril de 2021.**

À Senhora

**Laura Andrea Chinaglia Abbá**

Diretora do Departamento de Áreas Protegidas

Secretaria de Biodiversidade

Ministério do Meio Ambiente – MMA

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 8º andar

70068-900 – Brasília/DF

**Assunto: Resposta à solicitação de manifestação técnica – ARPA.**

Senhora Diretora,

Em resposta à solicitação em epígrafe, encaminhamos a Vossa Senhoria a Nota Técnica SEMA N.º 47/2021 – DEMUC, referente à renovação do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo do Estado do Amazonas, por meio desta Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO, por interveniência do Ministério do Meio Ambiente – MMA.

Na oportunidade, informamos que foi realizado o cadastro deste signatário no Usuário Externo do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do Ministério do Meio Ambiente, conforme documento anexado.

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais, por intermédio da Secretária Executiva Adjunta desta SEMA, Sra. Christina Fischer, tel. (92) 98144-0214 e pelo assessor técnico Sr. Gilmar José de Oliveira Souza, tel. (92) 98111-2817.

Atenciosamente,



**Eduardo Costa Taveira**

Secretário de Estado do Meio Ambiente – SEMA





**Interessado:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA

**Assunto:** Renovação do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo do Estado do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO, por interveniência do Ministério do Meio Ambiente - MMA.

### **NOTA TÉCNICA SEMA N.º 47/2021 – DEMUC**

Trata a presente, sobre a Renovação do Acordo de Cooperação Técnica a ser celebrado entre o Governo do Estado do Amazonas, por intermédio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO, por interveniência do Ministério do Meio Ambiente - MMA, com o objetivo de implementar as atividades do Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA, no que se refere à aquisição de bens e contratação de serviços e obras, para a criação, implementação e consolidação de Unidades de Conservação Estaduais contempladas pelo Programa ARPA, no bioma Amazônia.

O Programa segue como referência legal para a implementação de suas linhas de ações, o conjunto de documentos oficiais do Programa, a legislação federal, notadamente a Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), e a legislação estadual pertinente, Lei Complementar n.º 57, de 07 de junho de 2007 – Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas, e demais legislações ambientais correlatas.

O referido Programa encontra-se alinhado com as principais políticas e estratégias do governo brasileiro para a conservação da Amazônia, tais como: Plano Amazônia Sustentável (PAS); Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM); Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP); e Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).





O Programa teve início efetivo no Amazonas no ano de 2005, momento em que foi firmado o primeiro Acordo de Cooperação Técnica - ACT celebrado entre as partes, que perdurou até 2010 onde foram contempladas 07 (sete) Unidades de UC do Estado do Amazonas no Programa ARPA, a saber: MOSAICO DO APUI, PE RIO NEGRO SETOR NORTE, RDS PIAGAÇU PURUS, RDS RIO AMAPÁ, RDS UACARI, RESEX CATUÁ IPIXUNA e RESEX RIO GREGÓRIO.

A partir do ano de 2012, período de vigência do segundo ACT, foram contempladas mais 13 (treze) Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas, a saber: PE MATUPIRI com gestão compartilhada com a RDS MATUPIRI, PE RIO NEGRO SETOR SUL com gestão compartilhada com a RDS PURANGA CONQUISTA, RDS AMANÃ, RDS CUJUBIM, RDS IGAPÓ AÇU, RDS do JUMA, RDS MAMIRAUÁ, RDS do RIO MADEIRA, RDS do Rio NEGRO, RDS do UATUMÃ, RESEX CANUTAMA, bem como houve a contemplação de 05 (cinco) estudos de criação de Unidades de Conservação Estaduais ainda em curso, a saber: RDS do PIRANHA, REBIO Pauini, RESEX MAMIÁ, RDS RIO MANICORÉ e SARACÁ-PIRANGA.

O terceiro ACT, com vigência de 2016 até março 2021, contempla todas as ações nas Unidades de Conservação que vem sendo atendidas desde 2005, a saber: na Implementação, consolidação e manutenção; Integração com entorno; Proteção e Manejo; Sinalização; Demarcação; Operacionalização, desenvolvendo ações de elaboração e revisão de Plano de Gestão, Formação e manutenção de conselhos, formação de conselheiros, fortalecimento das organizações comunitárias no tocante ao associativismo e no incremento das cadeias produtivas, monitoramento de componentes globais e locais da sociobiodiversidade; Fiscalização e Monitoramento de Pressões e Ameaças.

No período ora citado, o programa contribuiu substancialmente com o incremento das áreas protegidas no Amazonas, saindo de 7.328.661,79 hectares, em 2002, para 18.808.342,60 hectares, em 2010 que prevalece até o corrente ano; podendo este quantitativo aumentar com a conclusão dos estudos de criação atualmente apoiados pelo ARPA. De forma global essas ações contribuem para o desenvolvimento sustentável dos





territórios e geração de renda; conservação do bioma; manutenção dos serviços ecossistêmicos; e controle, combate ao desmatamento, queimadas e demais ilícitos ambientais; por meio de um aporte financeiro aproximado na casa dos R\$ 106.000.000,00 (cento e seis milhões de reais), o qual permite a efetiva atuação do Governo do Estado nos territórios.

Ademais, com o avanço da pandemia de COVID-19 no interior do estado do Amazonas e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais, as unidades de conservação atualmente atendidas pelo Programa ARPA puderam ser contempladas por meio de Apoio Emergencial de Enfrentamento a Pandemia da Covid-19, permitindo assim que as populações existentes em suas respectivas áreas fossem beneficiadas com material de higienização, equipamentos de proteção individual e cestas básicas.

Diante o exposto e dada a relevância e importância do Programa, com vistas ao fortalecimento dos Sistemas Nacional e Estadual de Conservação – SNUC e SEUC, e face aos excelentes resultados alcançados ao longo dos quinze anos da parceria histórica estabelecida, este DEMUC/SEMA se manifesta favorável a renovação do ACT entre o Estado do Amazonas e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO, com a interveniência da União representada pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA, visando dar continuidade aos processos de implementação do Programa ARPA e à consolidação das UC estaduais do Amazonas.

Manaus, 28 de abril de 2021.

**Gilmar José de Oliveira Souza**  
Assessor Técnico  
DEMUC/SEMA

**Márcia Socorro Martins Lins**  
Assessora Técnica  
DEMUC/SEMA

De acordo,

**Jaime Gomes Nery Júnior**  
Chefe do Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de  
Unidades de Conservação - DEMUC/SEMA, em exercício

